

Da Nova História à metaficção historiográfica: a gênese de Blimunda

CONCEIÇÃO FLORES

Resumo

Blimunda é protagonista do *Memorial do convento*, romance de metaficção historiográfica de José Saramago, publicado em 1982, cuja narrativa se passa no século XVIII, período em que viajantes estrangeiros escreveram sobre as impressões de suas viagens a Portugal. A personagem constitui-se como duplo paródico de Mme Pedegache, uma dama portuguesa, casada com um francês, que figura nas narrativas de viajantes estrangeiros. Considerando que uma das características da metaficção historiográfica é o caráter paródico que a intertextualidade assume (HUTCHEON, 1982), parto da leitura da obra de José Saramago e estabeleço o diálogo com o historiador Georges Duby, evidenciando as afinidades entre a metaficção historiográfica e a nova história, a fim de refletir sobre a construção de Blimunda cuja gênese está em textos do passado.

Palavras-chave

metaficção historiográfica; nova história; Blimunda

Abstract

Baltasar & Blimunda is a historiographic metafiction novel by José Saramago, published in 1982, whose narrative takes place in the eighteenth century. This century was rich of narratives wrote by foreign travelers about their impressions of Portugal. Blimunda is constituted as a parodic double of Mme Pedegache, a Portuguese lady, married to a Frenchman, who figures in those foreign travelers narratives. Assuming that one of the characteristics of historiographic metafiction is defined by how it deals with parodic intertextuality (HUTCHEON, 1982), I establish a dialogue between the works of José Saramago and the historian Georges Duby, highlighting the similarities between historiographic metafiction and the new history to point out Blimunda's character and how its genesis was built over the narratives of the past.

Key-words

historiographic metafiction; new history; Blimunda

Tudo quanto não for vida é literatura. [...] A história, sobretudo, sem querer ofender.

José Saramago (1989)

Introdução

Blimunda, personagem do *Memorial do convento*, romance de José Saramago, publicado em 1982, é o pretexto para este ensaio sobre as relações entre a nova história e a metaficção historiográfica. Parto do diálogo com Saramago e Georges Duby para buscar os pontos de convergência entre história e literatura na pós-modernidade, a fim de refletir sobre a construção de personagens cujas origens estão em textos do passado.

Cheguei a este ensaio, aliás, a partir de uma viagem, e por pura casualidade, pois não estava fazendo nenhuma investigação do tipo “policial” (PIGLIA, 1994), procurando intertextos. Estava lendo narrativas de viajantes estrangeiros em Portugal para conhecer práticas culturais do século XVIII, a fim de escrever a biografia de Teresa Margarida da Silva e Orta, a primeira romancista de língua portuguesa, que foi objeto de meu doutorado. O acaso me apresentou, nessas narrativas de viajantes, a história de uma mulher que possuía dons surpreendentes, tal qual a Blimunda de Saramago. Essas narrativas de viajantes também haviam sido lidas por Saramago, o que permite lembrar a afirmação de Compagnon (1996, p. 31) de que “escrever [...] é sempre reescrever, não difere de citar”.

Sobre Saramago e Georges Duby ou sobre ficção e história

A obra de Saramago ganha visibilidade a partir da publicação de *Levantado do chão* (1980), romance que marca o início de uma escrita com a marca inovadora do autor – um estilo que retoma o tom da oralidade, suprimindo as marcas do discurso direto, das frases interrogativas e das exclamativas. Esse romance também abre um ciclo, que se estende até a *História do cerco de Lisboa* (1989), e que tem como fio condutor um diálogo irônico e paródico com a História de Portugal. Nessa perspectiva são privilegiados os oprimidos e esquecidos da história e essas narrativas não são “invenção pura, mas transposição admissível.” (SARAMAGO,

1987, p. 143). A afirmação do escritor e as palavras que servem de epígrafe a este ensaio rasuram o que se acreditou durante séculos: haver uma dicotomia entre história e ficção. Essa dicotomia sedimentada por Aristóteles, no capítulo IX da *Poética*, estabelecia que à história caberia narrar as *res factae* – o que de fato aconteceu – e à ficção, as *res fictae* – o que poderia ter acontecido.

Esses conceitos conduziram a uma busca incessante de objetividade pelo historiador, ao passo que a subjetividade, confundida com a ficção, era apenas concedida ao romancista. Havia entre a história e a literatura uma fronteira, que começou a ser revista pelo grupo da revista *Annales d'histoire économique et sociale*¹, fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Block, e ampliada pela segunda geração que teve Braudel no comando a partir de 1947. A terceira geração dos *Annales*, surgida nos anos 1970 e comandada por Jacques Le Goff, é a responsável pela criação da *nova história* e por estabelecer o diálogo com outras disciplinas, reformulando velhos conceitos. Georges Duby, conhecido medievalista e um dos nomes da *nova história*, afirma:

Fomos progressivamente descobrindo que a objetividade do conhecimento histórico é um mito, que toda a história é escrita por um homem e que quando esse homem é um bom historiador põe na sua escrita muito de si próprio. (1994, p. 9).

O historiador, noutro momento, confessa empregar cada vez mais a palavra eu em seus livros, por ser essa a maneira de o leitor ficar ciente de que aquela narrativa é “o provável” e não a verdade. Advertindo os mais ortodoxos, afirma: “o historiador não deve enganar-se a si próprio. O que ele enuncia, quando escreve a história, é seu próprio sonho” (*idem, ibidem*, p. 13).

Georges Duby também afirma que “o historiador conta uma história, uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas” (1994, p. 13). Não fosse a recorrência da palavra historiador, poder-se-ia dizer serem palavras de um romancista. Duby entende que

A história é, antes de mais, um divertimento: o historiador sempre escreveu por prazer e para dar prazer. Mas também é verdade que a história sempre desempenhou uma função ideológica, que foi variando ao longo dos tempos. (*idem, ibidem*, p. 16)

¹ A revista *Annales d'histoire économique et sociale* foi criada por dissidentes da revista *Sintese* comandada por Henri Berr, filósofo que discutia a abordagem positivista da história.

Variando ao longo dos tempos, a história privilegiou os vencedores e a ideologia dominante. Benjamin, refletindo sobre a relação de empatia que se estabelece entre o historiador e o vencedor, diz que “todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão”. Insurgindo-se contra essa relação, Benjamin afirma ser indispensável “escovar a história a contrapelo” (1993, p. 227).

Herdeira da tradição dos “vencedores” é a História ensinada nas escolas, sendo os alunos obrigados a aprender datas, batalhas, heróis nacionais, reis (ou imperadores e presidentes), resultando uma configuração de pátria que exalta o nacionalismo, como se a história de um país tivesse sido construída apenas pelos grandes, numa construção épica que favorece os discursos autoritários.

É, pois, contrapondo-se a essa história tradicional, cujas fontes eram apenas os documentos oficiais que a *nova história* se inscreve. Esse novo olhar lançado a partir de múltiplas fontes – documentos oficiais, literatura, escritos de gente anônima, jornais, pinturas, entre outras – possibilita uma escrita da história dialógica e polifônica. Estabelecendo o diálogo, as múltiplas vozes que participaram do passado podem ser ouvidas. E, como Duby defende, a história não deve ser privilégio de um público restrito, o letrado, cabendo ao historiador

a tarefa essencial que consiste em manter vivo na nossa sociedade o espírito crítico. Quando digo que sou céptico em relação à objetividade, é, também, porque penso estar a prestar um serviço às pessoas, persuadindo-as de que toda a informação é subjectiva, que é necessário recebê-la como tal e, por conseguinte, criticá-la. (1994, p. 21).

Convicto de que a história é acima de tudo uma arte, uma arte essencialmente literária, Duby põe em cheque o mito da objetividade da história, expondo a fragilidade em que se apoiara a dicotomia objetividade da história *versus* subjetividade da ficção. José Saramago – tradutor de diversas obras, entre as quais *O tempo das catedrais: arte e sociedade*, de George Duby – faz esta revelação em seu Diário de 3 de dezembro de 1996:

Morreu Georges Duby. Ficaram de luto os historiadores de todo o mundo, mas sem dúvida alguns romancistas. Este português, por exemplo. Posso mesmo dizer que sem Duby e a “Nouvelle histoire” talvez o *Memorial do convento* e a *História do cerco de Lisboa* não existissem... (1997, p. 262)

Saramago e outros romancistas da atualidade partilham dessa nova visão da história em que os atores a ocupar o grande palco são gente comum, dialogando com os heróis, reescrevendo o passado. A metaficção historiográfica estabelece um diálogo criativo com a história, como se a escrita se desse num palimpsesto, sobrepondo à história real uma história fictícia. Segundo a pesquisadora canadense Linda Hutcheon:

A metaficção historiográfica refuta os métodos naturais, ou de senso comum, para distinguir entre o fato histórico e a ficção. Ela recusa a visão de que apenas a história tem pretensão à verdade, por meio da afirmação que tanto a história como a ficção são discursos, construtos humanos, sistemas de significação, e é a partir dessa identidade que as duas obtêm sua principal pretensão à verdade. (1991, p. 127).

Assim, historiadores e romancistas reescrevem o passado, recorrendo a diversas fontes e ambos sabem que o passado que o leitor irá encontrar nas suas narrativas será mediado pela suas visões de mundo e pelas subjetividades de cada um.

As narrativas históricas e a gênese de Blimunda

Fiz este percurso para mostrar que a nova história e a metaficção historiográfica têm pontos em comum. Saramago expressa o seu tributo a DUBY, afirmando que sem esse historiador e a nova história “talvez o *Memorial do convento* e a *História do cerco de Lisboa* não existissem...” (1997, p. 262). Essa afirmação do escritor me permite inferir que o processo de investigação para a escrita de narrativas, tanto do historiador, quanto do romancista, segue metodologias semelhantes.

Assim, passo a transcrever uma das narrativas que li, quando procurava conhecer práticas culturais do século XVIII para a escrita da tese de doutorado. O texto é de Charles Frédéric de Merveilleux, naturalista francês, que esteve em Portugal na década de 1720. Ele conta o seguinte:

Vem aqui a ponto de falar da Pedegache, mulher não só extraordinária, mas também muito sedutora. Por forma alguma tinha aspecto de uma bruxa, embora pelos seus encantos fosse muito capaz de embruxar um homem. Confesso que não me atrevo a explicar o dom que ela possuía de ver o corpo humano, bem como o dos animais, por dentro e outrossim o interior da terra a uma grande profundidade, e creio bem que seriam vãos os esforços de todos os filósofos

juntos para explicar este fenômeno. Eis alguns casos verídicos, aliás geralmente conhecidos em Lisboa. Quando essa dama contava mais que cinco anos, estando à mesa em casa de seu pai, viu um menino no ventre de uma criada que servia a refeição. Esta, ofendida com tal visão, sustentou que não estava prenha, mas o que é certo é que pouco tempo depois houve o parto, confirmando-se assim a visão da menina.

[...] O mesmo direi em relação à faculdade que tem esta senhora de ver no corpo humano as obstruções que se formam nas partes nobres ofendidas quando as pessoas se desnudam na sua presença. Ao princípio os médicos de Lisboa levaram as coisas de chalaça, mas em breve ficaram confundidos porque quando tratavam os enfermos guiados pelas indicações desta senhora nunca deixaram de ter êxito e quando abriam os corpos dos que morriam encontravam as entranhas conforme a descrição que a senhora fizera delas (1989, p. 162-3).

À medida que lia o texto, Blimunda, uma das mais fascinantes personagens de Saramago, me vinha à mente. Lembrava-me dos dons sobrenaturais de Blimunda, mas o meu objetivo não era o *Memorial do convento* de José Saramago e sim continuar a leitura das narrativas de viajantes estrangeiros em Portugal no século XVIII, uma vez que, naquele momento, tinha em mente a escrita da biografia de Teresa Margarida.

Continuo a leitura dos viajantes e eis que encontro outro depoimento, relatando o dom da jovem portuguesa que a todos surpreendia. O viajante escreve:

Eu terminarei esta descrição pela narrativa do dom extraordinário que tem uma jovem dama portuguesa que mora em Lisboa e é casada com um negociante francês de Bayonne.

Esta jovem que espanta todos os que a conhecem nasceu com olhos de lince; essa propriedade, que manifestou-se logo em criança, consiste em ver dentro do corpo humano e dentro da terra, sem que o seu olhar mostre nada que o distinga dos outros [...]. Ela vê no corpo humano os tumores e outros incômodos. [...] A vista dela penetra na terra nos lugares onde há fontes, que ela descobre a 30, 40 braças de profundidade. (DESCRIPTION, 1730, p. 49-51).²

Um pouco mais à frente, leio:

Ela só tem este dom maravilhoso quando está em jejum. [...] Em todas as mudanças de quarto de lua, fica com a vista nublada por pequenos átomos amarelos que lhe provocam uma coceira nos olhos, o que a obriga a levar as mãos aos olhos. Em seguida, ela se vê privada do dom durante algum tempo. (*ibidem*, p. 51-2).

O viajante que publicou anonimamente, em Paris, em 1730, a *Description de la ville de Lisbonne* ainda conta que:

[...] Esta dama descobriu água para o Rei e para outras pessoas em diversos lugares. Enfim, o Rei, o Ministro e os sábios estão persuadidos que este dom é

² Tradução nossa.

real: isto é tão verdadeiro que Sua Majestade concedeu a ela, mesmo antes do casamento, o título de Dona, o que não é comum em Portugal, e a Ordem de Cristo. (ibidem, p. 52-3).

O autor da *Description de la ville de Lisbonne* narra que o rei concedeu a essa “jovem dama portuguesa” o título de Dona e a Ordem de Cristo, honrarias destinadas aos que prestavam grandes serviços à pátria e que assim eram premiados pelo rei. Visto tratar-se de uma mulher, essas honrarias ainda são mais relevantes, pois eram raras. Vale lembrar que, sobretudo em Portugal, às mulheres estava destinado o lar ou o convento, o espaço privado.

Blimunda, personagem de quem venho falando, é protagonista do *Memorial do convento*, romance que tem como pano de fundo o reinado de D. João V e a promessa feita pelo rei de mandar construir um convento em Mafra, se obtivesse a graça divina de ter um herdeiro para o suceder no trono. Os protagonistas, contudo, não são o rei nem a rainha, mas Blimunda e Baltasar, um soldado maneta que a jovem conhece num dia de auto-de-fé. Baltasar é conhecido por Sete-Sóis, porque apenas consegue ver à luz, Blimunda de Sete-Luas, porque consegue ver no escuro, com o recurso do seu dom. Ela conta a Baltasar:

Eu posso olhar por dentro das pessoas. [...] Não vejo se não estiver em jejum, [...] meu dom não é heresia, nem é feitiçaria, os meus olhos são naturais, [...] eu só vejo o que está no mundo, não vejo o que é fora dele, céu ou inferno, não digo rezas, não faço passes de mão, só vejo (SARAMAGO, 1987, p. 69).

E quando Baltasar pergunta que poder é esse Blimunda responde:

Vejo o que está dentro dos corpos, e às vezes o que está no interior da terra, vejo o que está por baixo da pele, e às vezes mesmo por baixo das roupas, mas só vejo quando estou em jejum, perco o dom quando muda o quarto da lua, mas volta logo a seguir (*idem, ibidem*).

Tal como a jovem dama portuguesa a quem os viajantes se referem, Blimunda vê o que está dentro dos corpos. O seu dom, contudo, não será posto a serviço do rei, mas do sonho de voar. É ela quem recolhe as “vontades” das pessoas antes delas morrerem, o combustível que fará a passarola de Bartolomeu de Gusmão voar. Ela também não receberá honrarias. E o seu dom de vidência tem de permanecer incógnito para que a inquisição não a acuse de bruxa.

Releio a entrevista de Saramago a Carlos Reis, durante a qual o escritor, no *Diálogo VI*, respondeu a algumas questões “Sobre a narrativa e o romance”.

Carlos Reis – Quando você me disse que há uma exceção, pensei que ia falar da Blimunda porque (acho que já falamos disto) há textos, creio que do século XVIII, que referem a existência de uma figura com características semelhantes àquela...

José Saramago – Pois, só que a única coisa que está apreendida dessa pessoa real é essa suposta faculdade de ver o interior dos outros. Mas com certeza a vida de Blimunda não tem nada a ver com essa mulher e isso é que permitiria dizer que a Blimunda é aquela pessoa (REIS, 1998, p. 132-3).

Lembro também que Saramago, ao ser indagado sobre a criação de seus personagens, afirmou: “o que acontece comigo é receber, como o mata-borrão que recebe impressões, sensações de toda a ordem, [...] mas não de uma maneira que permita dizer que esta personagem corresponde àquela pessoa. Em caso nenhum.” (apud REIS, 1998, p. 132). José Saramago também declarou, tal como Flaubert, “eu sou a Blimunda e o Baltasar do *Memorial do convento*” (1999, p. 25).

A reescrita paródica da história demandou a Saramago uma pesquisa. O escritor, provavelmente, frequentou a Biblioteca Nacional de Lisboa e leu, entre outros textos, as narrativas dos viajantes estrangeiros. Uma das características da metaficção historiográfica é o caráter paródico que a intertextualidade assume. As palavras de Hutcheon são reveladoras dessa característica. Vejamos:

E é uma espécie de paródia seriamente irônica que muitas vezes permite essa duplicidade contraditória: os intertextos da história assumem um *status* paralelo na reelaboração paródica do passado textual do “mundo” e da literatura. (1991, p. 163).

Saramago sempre confessou a sua paixão pela leitura, e acreditava que “ninguém será escritor se não começou por ser leitor. Essa, sim, é a verdadeira paixão” (1997, p. 78). Não me recordo, porém, de ter lido nenhum depoimento de Saramago em que ele tenha contado o processo de criação do *Memorial do convento* (1982). Mas, nos *Cadernos de Lanzarote* (1995), comenta:

Pergunto-me se o que move o leitor à leitura não será a secreta esperança ou a simples possibilidade de vir a descobrir, dentro do livro, mais do que a história contada, a pessoa invisível, mas omnipresente, que é o autor. [...] O leitor não lê o romance, lê o romancista. (SARAMAGO, 1995, p. 60).

Se o leitor lê o romancista, significa que o romance é o espaço onde se estabelece o diálogo entre as leituras de ambos. Mas esse diálogo não se constrói na linearidade, pois “um escritor é alguém que trai o que lê, que se desvia, que ficcionaliza” (PIGLIA, 1994, p. 69). Por isso, Blimunda, criação de Saramago, é uma

mulher do povo, aquela que o rei jamais conheceu, o contraponto paródico de Madame Pedegache, a personagem que a história eternizou e que viveu em Lisboa no século XVIII, o mesmo século revisitado por Saramago em *Memorial do convento*.

Referências

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 222-232.
- COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Trad. Cleonice P. B. Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- DESCRIPTION *de la ville de Lisbonne*. A Paris, chez Pierre Prault, 1730.
- DUBY, Georges. O historiador hoje. In: ARIÈS, DUBY, LE GOFF. *História e nova história*. Trad. de Carlos da Veiga Ferreira. 3 ed. Lisboa: Teorema, 1994, p. 7-21.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MERVEILLEUX, Charles Frédéric de. Memórias instrutivas sobre Portugal (1723-1726). In: *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. 2 ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989, p. 129-234.
- PIGLIA, Ricardo. *O laboratório do escritor*. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998.
- SARAMAGO, José. *Memorial do convento*. São Paulo: Círculo do livro, 1987.
- _____. *História do cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- _____. *Cadernos de Lanzarote. Diário IV*. Lisboa: Caminho, 1997.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-95.